

TÍTULO DO TRABALHO			
REPRODUÇÃO SOCIAL TOTAL E IMPERIALISMO N'A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL DE ROSA LUXEMBURG			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Thiago Fernandes Franco	Universidade Estadual de Campinas	Unicamp	Doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O objetivo deste trabalho é a tessitura de comentários acerca da maneira como Rosa Luxemburg interpreta o problema teórico da reprodução do modo de produção capitalista durante a fase do Imperialismo Capitalista em seu livro A acumulação do capital – contribuição ao estudo econômico do Imperialismo. O que procuraremos demonstrar é a importância fundamental da categoria – teórica – reprodução social total para compreensão do processo histórico por meio do qual o capitalista se tornou o modo de produção dominante em escala planetária. Para tanto, faremos uma breve reconstituição da maneira como Rosa eleva a categoria reprodução social total à categoria fundamental da compreensão dialética do processo histórico (primeira seção do livro) para depois concentrarmos-nos na maneira como a autora interpreta “As condições históricas da acumulação” (terceira seção do livro). Um objetivo secundário dessa exposição – que se mostra importante por conta da crítica comumente lançada sobre o livro – é demonstrar que, a partir desta perspectiva, a acusação de que a autora lançaria mão da famigerada hipótese do subconsumismo não faz o menor sentido.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Imperialismo; Capitalismo; Rosa Luxemburg			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The objective of this work is the fabric of comments about the way Rosa Luxemburg interprets the theoretical problem of reproduction of the capitalist mode of production during the phase of capitalist imperialism in her book The accumulation of capital - contribution to economic study of Imperialism. What we tried to show is the fundamental importance of the category - theoretical - total social reproduction to understand the historical process by which the capitalist has become the dominant mode of production on a global scale. Therefore, we will briefly reconstitute the way Rose considers the total social reproduction category to fundamental category of dialectical understanding of the historical process (first section of the book) and then concentrate on the way she interprets "the historical conditions of accumulation" (third section of the book). A secondary goal of this work - which shows important because of the criticism commonly thrown on the book - is to show that, from this perspective, the charge that Luxemburg is an underconsumptionist doesn't make sense.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Imperialism; Capitalism; Rosa Luxemburg			
EIXO TEMÁTICO			
Mercado mundial, imperialismo e luta de classes			

REPRODUÇÃO SOCIAL TOTAL E IMPERIALISMO N'A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL DE ROSA LUXEMBURG

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A historiografia crítica sobre *A acumulação do capital* (1913), de Rosa Luxemburg, costuma girar em torno de um eixo explicativo segundo o qual se trata de uma grande obra, criativa, instigante, original, que, no entanto, se assenta em diversos erros por parte da autora.

A título de ilustração do argumento, para ficarmos inicialmente na repercussão sobre as teses de nossa autora no Brasil, poderíamos lançar mão, por exemplo, da *Apresentação* que Paul Singer escreveu para a tradução da coleção *Os Economistas* da editora Abril Cultural¹ (em LUXEMBURG, 1985). Neste texto, Singer afirma que “*A acumulação do capital* é não somente a principal obra teórica de Rosa Luxemburg, mas também uma das mais significativas no campo da Economia Política marxista” (obra citada, p. XXXVI). Chama a sua atenção que “em menos de um ano, Rosa Luxemburg realizou uma análise da acumulação do capital admirável pela sua extensão, profundidade, consistência, erudição e originalidade” (mesma página). Ainda para Singer, a “[...] seção III, ‘As condições históricas da acumulação’ [...] constitui a contribuição mais importante de Rosa Luxemburg à Economia Política” (mesmo texto, p. XLI). Ainda para ele, Rosa

mostra que o capital não se limita a entrar em relações comerciais com o seu entorno não capitalista. À luz de rico material histórico, ela demonstra que o capital vai solapando as bases da economia natural, onde esta ainda sobrevive, de modo a quebrar sua autossuficiência, fazendo surgir em seu lugar uma economia de mercado; nas regiões em que predomina a produção simples de mercadoria, o grande capital se apodera de parte de parte do solo para abrir espaço à sua crescente acumulação, até arruinar os pequenos produtores. Em suma, além de condicionar e explorar o entorno não capitalista, o capital na verdade o destrói, para tomar o seu lugar, tendendo assim a expandir incessantemente o modo de produção capitalista, até moldar todo o mundo à sua imagem. (mesma página).

Em síntese, segundo a leitura de Singer, “esta é a base econômica do imperialismo, que não é uma fase específica da história do capitalismo, mas o acompanha, como força expansiva, desde a origem” (mesma página). Mostraremos a seguir motivos pelos quais discordamos parcialmente da afirmação de que para Rosa o imperialismo não é uma fase específica da história do capitalismo ou, para sermos mais rigorosos, como, para Rosa, essa questão não está colocada de forma tão conclusiva. Por hora nos cumpre também ressaltar que, ainda segundo a leitura de Paul Singer,

é interessante notar que logo [na] primeira abordagem, Rosa Luxemburg sustenta que, nos modos de produção não capitalistas, ‘o momento determinante da reprodução são as

¹ A primeira edição é de 1984. Aqui citamos a segunda.

necessidades de consumo da sociedade’, como quer que essas sejam determinadas. [...] Em outras palavras, Rosa Luxemburg não considera a marcha da reprodução determinada pelas limitações da capacidade de produção da sociedade, mas pelas suas necessidades de consumo. [...] em suas linhas gerais, o ritmo da reprodução global é determinado pelas necessidades de consumo da sociedade e/ou pelas possibilidades concretas que a sociedade tem de satisfazer essas necessidades. Em determinadas condições, pode ser que o ritmo da reprodução, ou seja, a velocidade de crescimento da produção, seja inferior às potencialidades produtivas, sendo nesse caso limitado pelas necessidades de consumo, socialmente determinadas. Haveria então força de trabalho não aproveitada e capacidade de produção ociosa. Em outras condições, no entanto, o ritmo da reprodução pode coincidir com o máximo permitido pelo potencial produtivo. Nesse caso, possivelmente nem todas as necessidades de consumo social serão satisfeitas, o que significa que estas não constituem o fator determinante da reprodução. Como o mostra o próprio levantamento histórico de Rosa Luxemburg, na Seção II da obra, essas alternativas dividiram os autores, praticamente desde o nascimento da Economia Política. (mesma obra, p. XXXVII)

A leitura de que para Rosa Luxemburg o problema fundamental que determina a acumulação é o consumo é amplamente dominante na historiografia crítica sobre a sua obra, e praticamente unânime na historiografia sobre o imperialismo, ao que geralmente nossa autora é rotulada como “subconsumista”. Procuraremos demonstrar mais à frente os motivos pelos quais essa hipótese também não procede e pelos quais discordamos da maneira como Paul Singer circunscreve a problemática principal do livro, quando afirma que “o problema que interessa a Rosa Luxemburg [...] trata-se de saber ‘para quem produzem os capitalistas, quando e na medida em que eles mesmos não consomem, mas ‘renunciam’, isto é, acumulam?’” (mesma obra, p.XXXVIII). Em se tratando de uma citação, evidentemente não é o caso de afirmar que a autora não disse o que Singer demonstra que ela disse, mas de enunciar, a partir da apresentação de outros elementos que a autora *também* coloca, os problemas da redução da problemática de *A acumulação do capital* a esse enunciado, quando esperamos fique evidente as razões pelas quais discordamos frontalmente da hipótese de leitura segundo a qual Rosa “desloca [...] inconscientemente a questão do plano do equilíbrio macroeconômico para o plano da motivação microeconômica” (obra citada, p. XXXIX).

Outra questão que também nos parece particularmente importante de considerar é que Singer reitera o argumento – igualmente frequente na historiografia especializada – *contra* o método pelo qual Rosa discute a questão da acumulação, quando lamenta que ela tenha escolhido como método a análise dos esquemas marxistas de reprodução (mesmo texto, p. XXXIX e segs.). O que essa interpretação sugere é que as intuições de Rosa são corretas, mas a maneira como a autora se apercebeu delas e escolheu expô-las é equivocada. Para ele,

a forma de Rosa Luxemburg colocar seu problema, em função dos esquemas de reprodução, deu lugar a enorme confusão, pois induziu numerosos estudiosos marxistas a tentar mostrar que, uma vez em crescimento, a economia capitalista não tem dificuldade em encontrar dentro dela a demanda pela mais-valia acumulada. Não obstante, o problema de Rosa Luxemburg é real, podendo ser muito melhor colocado fora dos esquemas da reprodução. (mesma obra, páginas XXXIX e XL).

Sob nosso ponto de vista, esse método é não apenas o ponto de partida, mas a base de todo o raciocínio da autora². O fato de que na tentativa de refutá-lo os “numerosos estudiosos marxistas” geraram uma “enorme confusão” é uma crítica que deve ser endereçada a eles; não a ela. O que nos parece muito estranho é a própria consideração segundo a qual por métodos completamente equivocados Rosa possa ter alcançado resultados tão corretos.

Como vimos dizendo, Singer não está sozinho nessas considerações. Mudando um pouco o recorte, procurando representar sintomaticamente a maneira como Rosa é lida por estudiosos contemporâneos sobre o imperialismo, gostaríamos de mostrar, a título de exemplo, os paralelos entre a leitura de Singer e a de Alex Callinicos.

À primeira vista, a leitura de Callinicos diverge da leitura de Singer no que toca a relação entre imperialismo e capitalismo. Se para Singer a interpretação de Rosa repousa no fato de que o imperialismo não é uma fase do capitalismo, Callinicos destaca que ela foi “a primeira grande figura do marxismo a considerar o imperialismo como uma consequência necessária do desenvolvimento capitalista”, chegando inclusive a antecipar “a proposição posteriormente desenvolvida por Lenin e Bukharin segundo a qual o imperialismo é inescapável uma vez que o capitalismo atinja a maturidade” (CALLINICOS, 2009, p. 36).

Mas por outro lado, além de ratificar a hipótese do “subconsumo” (obra citada, p. 40), Callinicos também a coloca como uma espécie de precursora do que ele chama de “teoria marxista da demanda efetiva” (obra citada, p. 37) – que geralmente se refere a M. Kalecki, comumente idolatrado pelos que se consideram “economistas heterodoxos” e apontado por Singer como “discípulo de Rosa” (LUXEMBURG, 1985, p. XLII)³.

Sempre com o característico espanto com o qual se concebe a hipótese de que Rosa acertava apesar de empregar um método completamente furado, Callinicos observa inclusive que, apesar do reconhecimento geral dos equívocos cometidos em *A acumulação do capital*, a teoria nele contida ainda é bastante influente hoje, por exemplo, nos trabalhos de Ellen Wood e David Harvey (obra citada, p. 36)⁴. O

² Para uma interpretação oposta, segundo a qual o *grande mérito do pensamento de Rosa é exatamente o método*, sugerimos a leitura de Lukács, *História e Consciência de Classe* (LUKÁCS, 2003). O mesmo argumento é defendido por Frigga Haug, que segundo Gerhard Dilger “Em nome da Rosa” (em SCHÜTRUMPF, 2015, p. 10), considera que “Pelo menos tão importante quanto o conteúdo, que em muitos artigos de Luxemburgo tem apenas interesse histórico, é seu método”

³ Nessa mesma obra, Callinicos, mais uma vez indo na contramão das leituras predominantes, também considera Lenin um “subconsumista” (CALLINICOS, obra citada, p. 52).

⁴ Ao nosso juízo, embora o argumento da influência de Rosa nos trabalhos de Ellen seja em certo sentido verossímil, ainda assim nos parece um tanto forçado. A demonstração deste argumento demandaria um espaço com o qual não contamos, mas a título de exemplo, tenhamos em

zimbabuano⁵, muito menos simpático à nossa autora que Harvey e Singer, no entanto, concede à Rosa “um tipo de argumentação particularmente radical e algumas vezes até sofisticado”, e uma análise sobre o imperialismo “realmente poderosa”. Ainda sob seu ponto de vista, a teoria luxemburguista consiste em uma “pesquisa bem fundamentada, e pode ser considerada em muitos aspectos uma eloquente amostra das tendências do seu tempo” e “em vários sentidos bem-sucedida”. É quase com espanto que Callinicos reconhece que “ela integrou a conquista colonial, os empréstimos, tarifas e o militarismo em uma totalidade analítica” (mesma página) e como se não bastasse, em 1913, ou seja, com quase cem anos de antecipação (!), sempre seguindo Callinicos, Rosa “pinta um poderoso e original retrato do imperialismo *fin-de-siecle*” (mesma obra, p. 38). Como ela poderia fazer isso? Deve ser algum tipo de bruxaria, porque “a teoria econômica [de Luxemburg] é ao mesmo tempo completamente brilhante e completamente equivocada” (mesma obra, p. 39).



Com mais ou menos tintas, com mais ou menos simpatia, o espanto com a capacidade de Rosa errar o tempo todo e ainda assim oferecer uma análise “brilhante” é um tema constante da historiografia que se dedica aos seus trabalhos. Em 1922, Lenin – um provável fã sincero de nossa autora – emitiu um juízo que parece constituir um verdadeiro pontificado sobre a maneira pela qual Rosa *deve* ser lida. Segundo ele, “Rosa Luxemburgo errou [...]; ela errou [...]; ela errou [...]; ela errou [...]; ela errou [...]. Mas, apesar de todos os seus erros, ela foi e continua sendo uma águia” (citado em SCHÜTRUMPF, 2015, pág. 50)⁶.

Parece-nos que a compreensão das possíveis contribuições de Rosa para o entendimento sobre o imperialismo contemporâneo passa pelo reexame dos dois pontos enunciados: como a autora entendia o imperialismo em relação com o capitalismo, e de que maneira ela considerava a acumulação do capital a questão mais importante para a compreensão da história do capitalismo.

1) IMPERIALISMO EM A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

mente que a autora dedica somente dois parágrafos em todo o seu livro sobre o imperialismo para comentar a tese luxemburguista, que nem sequer aparece em sua principal obra *Democracia contra capitalismo*. Já Harvey, por sua vez, explicitamente embasa sua interpretação sobre a ‘acumulação por espoliação/despossessão’ em *A acumulação do capital*, e é com este, inclusive, que inaugura o capítulo principal de *O Novo Imperialismo* (HARVEY, 2004). Emblematicamente, na sequência, Harvey faz coro com a monótona hipótese segundo a qual Rosa seria “subconsumista”. Não parece haver dúvidas de que o influente trabalho de Harvey é em grande medida responsável por grande parte da historiografia crítica sobre o imperialismo contemporâneo ter percebido que as teses de *A acumulação do capital* podem contribuir para o entendimento das relações capitalistas em nossos dias, embora a leitura que ele faz deste livro não nos pareça de todo adequada. Comentamos Ellen Wood e Harvey em nossa tese de doutorado, que tem por objeto as interpretações “clássicas” e as interpretações “contemporâneas” sobre o imperialismo capitalista.

⁵ Callinicos desenvolveu toda a sua carreira na Inglaterra, mas nasceu no Zimbábue, quando ainda Rodésia do Sul.

⁶ A despeito das polêmicas travadas entre Rosa e Lênin que duraram muitos anos e percorreram muitos assuntos, tudo leva a crer que o respeito era mútuo e sincero. Um pitoresco exemplo pode ser apreciado na carta que Rosa enviou, em 2 de abril de 1911, para Costia Zektin, então seu companheiro, na qual descreve a cena: “[...] Ontem Lênin chegou e até agora já esteve aqui quatro vezes. Gosto de conversar com ele, é inteligente e culto e tem uma cara muito feia que eu gosto de ver. [...] Aqui está de novo quente e ameno, uma completa primavera. A pobre Mimi faz ‘curu!’. Ela impressionou muito Lênin, ele disse que só na Sibéria tinha visto animais tão imponentes, e que ela é uma gata senhorial. Ela também coqueteou com ele, rolou de costas e o chamou, mas quando ele tentava se aproximar, ela lhe batia com a patinha e rosnava como um tigre. [...]” (LOUREIRO, 2011b, p. 172-3)

Que em 1913, com a publicação do seu livro, Rosa Luxemburg estava interessada na compreensão dos fenômenos relativos ao imperialismo está expresso desde logo, uma vez que o subtítulo de *A acumulação do capital é Contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Além disso, Rosa corrobora essa preocupação quando justifica seus esforços no livro diante de uma provável “importância para a luta prática na qual nos empenhamos contra o imperialismo” (LUXEMBURG, obra citada, p. 3) em seu curto e significativo prefácio.

O que a primeira vista nos parece curioso – a nós que estudamos as teorias do imperialismo a partir do século XXI – é que, embora o objetivo do livro fosse oferecer uma “contribuição econômica ao estudo do imperialismo”, “imperialismo” é uma palavra que a autora utiliza pouquíssimas vezes ao longo do texto. Para sermos precisos, além do subtítulo e do prefácio, apenas quatro vezes. Embora a questão numérica por si mesma não comprove argumento algum, procuraremos discutir o que este número tão baixo pode vir a nos indicar. Mais especificamente, por meio da análise dessas passagens, procuraremos abrir outras possibilidades de leitura que divergem da maneira usual pela qual a historiografia encara o problema.

Depois de enunciar-se – no subtítulo e no prefácio – como uma provável protagonista do livro, a palavra voltará a dar as caras somente no capítulo XXIII, na Seção II, que versa sobre *A ‘Desproporcionalidade’ do Sr. Tugan-Baranovski*. Não precisamos dedicar muita energia nessa parte, mesmo porque se trata de uma nota de rodapé (mesma obra, p. 216) na qual Rosa apresenta a crítica de Boudin a Tugan-Baranovski. Trata-se de uma nota extensa, mas a única coisa que nos interessa reter é o simples registro da palavra. Para não deixarmos no vazio: segundo ela, um grande mérito da análise de Boudin é que ele “chega logicamente à questão do imperialismo”. Mas antes que o leitor desanime e pense que não encontraremos nada a partir da apresentação sistemática do termo, passemos às próximas, que são mais elucidativas.

Estamos agora no capítulo XXXI, já na Seção III (aquela sobre *As condições históricas da acumulação*, na qual a autora “oferece suas mais geniais contribuições”). Neste capítulo XXXI (*Tarifas protecionistas e acumulação*) estão todas as outras três vezes em que Rosa emprega a palavra *imperialismo*. Na primeira delas, a mais citada e que dá o fundamento de muitas interpretações sobre a teoria luxemburguista – provavelmente é aqui que Singer pauta sua hipótese de leitura – “O *imperialismo* é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital” (mesma obra, p. 305). Como até então a autora vinha argumentando que não existe capitalismo sem expansão sobre áreas não-capitalistas, aparentemente não parece haver espaço para dúvidas, e a leitura segundo a qual o imperialismo não é uma fase do capitalismo se sustenta plenamente.

Essa hipótese, de leitura, inclusive, encontra ressonância no restante do capítulo, que, como dissemos, é o único lugar do texto em que a autora utiliza o termo *imperialismo*. Na sequência, quando analisa as contradições em que se baseia a sua interpretação sobre a *luta* anti-imperialista, Rosa afirma que

dado o grande desenvolvimento e a concorrência cada vez mais violenta entre os países capitalistas na conquista de regiões não-capitalistas, o *imperialismo* tanto aumenta em violência e energia seu comportamento agressivo em relação ao mundo não capitalista, como agrava as contradições entre os países capitalistas concorrentes (mesma página).

Ao que conclui que

quanto mais violento, enérgico e exaustivo é o esforço imperialista na destruição das culturas não-capitalistas, mais rapidamente ele destrói a base para a acumulação do capital. O *imperialismo* é tanto um método histórico de prolongar a existência do capital, quanto o meio mais seguro de pôr objetivamente um ponto final em sua existência. Isso não quer dizer que esse ponto terá de ser alcançado obrigatoriamente. A própria tendência de atingir essa meta do desenvolvimento capitalista reveste-se de formas que caracterizam a fase final do capitalismo como período de catástrofes.” (mesma página) [todos os grifos na palavra *imperialismo* nesses trechos são nossos]

A primeira frase é peremptória e tem todas as características de uma “definição definitiva”. Segundo esta definição, “o imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital” e está ligado, sobretudo, à “competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital”. Ainda seguindo essa mesma linha, o imperialismo aparece como algo – por enquanto podemos aceitar: uma “política” – que “aumenta em violência e energia seu comportamento agressivo em relação ao mundo não-capitalista” e “agrava as contradições entre os países capitalistas concorrentes”. Na terceira vez que entra em cena, o imperialismo é um “método histórico” e ainda podemos, com alguma dificuldade, fazer a equação “método histórico = política”, mas note que para isso já tivemos que eliminar a idéia de “expressão”.

Contudo, nessa última aparição, aparece um problema que até então não tinha aparecido. Se o imperialismo é uma política que acompanha universalmente a acumulação do capital quais são essas “formas que caracterizam a fase final do capitalismo”? Seria um “período de catástrofes”? Mas ela havia enunciado insistentemente que *todo o desenvolvimento do capitalismo é catastrófico e violento*. Como compreender essa passagem?

Para procurar elucidar a charada, seguiremos uma pista que já apareceu aqui, meio que a contrabando: o adjetivo *imperialista*, com o qual acabamos de nos deparar associado à idéia de “esforço”. À primeira vista, “esforço imperialista” ainda pode ser reduzido à “política imperialista”, embora “esforço” já seja substancialmente diferente de “expressão”. Mas vejamos como a questão se complica com o desenrolar do argumento.

O adjetivo *imperialista* aparece pela primeira vez no prefácio, onde a autora afirma que o livro versa sobre um “problema teoricamente ligado ao conteúdo do volume II de *Das Kapital* de Marx, ao mesmo tempo extensivo à práxis da política *imperialista* atual e às raízes econômicas da mesma.” (mesma obra, pág. 3) [todos os grifos em *imperialista* serão nossos, este incluso].

Para o texto não ficar mais cansativo que o necessário, vamos tentar acelerar onde for possível. A próxima aparição está no capítulo XXI (*As ‘terceiras pessoas’ e os Três Reinos de Struve*), quando Rosa denuncia o “programa liberal de expansionismo *imperialista* do capitalismo russo” (mesma obra, p. 199) e para depois associar o termo aos “apetites *imperialistas* dos três grandes malvados” – a título de curiosidade: Grã-Bretanha, Rússia e Estados Unidos – ironicamente chamados de “novos mercantilistas” (mesma obra, p. 200). Lá no capítulo XXX (*Os empréstimos internacionais*) aparecerá também como a “profissão de fé *imperialista*” de um “extraordinário agente da civilização capitalista em países primitivos” (mesma obra, nota de rodapé da p. 299), de um modo próximo do que aparece no capítulo XXIX (*A luta contra a economia camponesa*): o “programa *imperialista* de Cecil Rhodes” (mesma obra, p. 284).

Mas aqui neste mesmo vigésimo nono capítulo ocorre uma mudança de significado bastante importante: diferentemente do que supunha a hipótese que vínhamos tentando refutar, *imperialista* aqui não é usado apenas como um adjetivo de uma política, mas também para demarcar uma *temporalidade específica*. Neste momento, quando já caminha para os finalmentes de seu livro, Rosa chama a atenção para o fato de que caso não seja mais possível acumular com a destruição de formas-sociais não-capitalistas, ou seja, se o mundo algum dia chegar a ser constituído apenas de capitalistas e trabalhadores assalariados – como pressupõe o esquema de reprodução de Marx que ela critica –,

a impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas, e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo. Daí resulta o movimento contraditório da *última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital*. (mesma obra, p. 285)

Quem tem alguma familiaridade com o assunto associa imediatamente à interpretação leninista – que seria escrita e publicada somente em 1917, ou seja, quatro anos depois de *A acumulação do capital*. Emblematicamente, não é a única vez que *imperialista* aparece associado a essa idéia de estágio último do capitalismo. Isso volta a acontecer no capítulo XXX (*Os empréstimos internacionais*), no qual encontramos a idéia de que

a *fase imperialista* da acumulação de capital ou a *fase* da concorrência capitalista internacional compreende a industrialização e a emancipação capitalista das antigas zonas interioranas do capital em que se processava a realização de sua mais-valia. Os *métodos operacionais específicos* dessa *fase* são representados pelos empréstimos estrangeiros, pela construção de ferrovias, por revoluções e guerras. A primeira década do século XX

caracteriza de modo todo especial o *movimento mundial imperialista do capital*, particularmente na Ásia e nas regiões limítrofes desta com a Europa: Rússia, Turquia, Pérsia, Índia, Japão, China, bem como o norte da África. (mesma obra, p. 287, grifos nossos).

Além disso, Rosa afirma também que

no *período imperialista*, os empréstimos externos desempenham papel extraordinário como meio de emancipação dos novos Estados capitalistas. O que existe de contraditório na *fase imperialista* se revela claramente nas oposições características do moderno sistema de empréstimos externos. Eles são imprescindíveis para a emancipação das nações capitalistas recém-formadas e, ao mesmo tempo, constituem para as velhas nações capitalistas o meio mais seguro de tutelar os novos Estados, de exercer controle sobre suas finanças e pressão sobre sua política externa, alfandegária e comercial. Os empréstimos são um meio extraordinário para abrir novas áreas de investimento para o capital acumulado dos países antigos e pra criar-lhes, ao mesmo tempo, novos concorrentes; são o meio de ampliar, no geral, o raio de ação do capital e de reduzi-lo concomitantemente. (mesma obra, p. 288, grifos nossos).

Aqui, não nos parece haver dúvida de que, além de uma “expressão política” do expansionismo que caracteriza o capitalismo do primeiro ao último dos seus dias, em *A acumulação do capital* também podemos encontrar a associação entre *imperialismo* e *imperialista* a um “período” marcado pela “concorrência capitalista internacional”.

•

Terminamos aqui a tarefa da exposição sistemática dos conceitos. Não existe mais nenhuma menção aos termos *imperialismo* ou *imperialista* em *A acumulação do capital*. Como dissemos, à primeira vista, é espantoso que a palavra apareça tão pouco. Mas o que interessa é a que conclusão podemos chegar diante do exposto. Antes de qualquer coisa, temos que, diferentemente do que costumamos encontrar na bibliografia crítica sobre as teses luxemburguistas, esses termos significam *tanto* uma “expressão política” *quanto* um “período” ou uma “fase” do capitalismo. Visto retrospectivamente a partir de como a questão se desdobrou em um século que nos separa dessa publicação, pode parecer uma confusão por conta dos famosos equívocos da autora, mas isso não condiz com o fato de que, em 1912, *nenhum* dos grandes intérpretes do imperialismo geralmente alçados ao panteão dos clássicos havia apresentado a questão sem qualquer “confusão”. O livro de Lenin é geralmente considerado como o grande organizador da questão. Desde o título, Lenin defendeu extensivamente que a melhor (a *única*) maneira de compreender o imperialismo é enquanto uma *fase* do capitalismo. Mas o *Imperialismo* de Lenin seria publicado, como já dissemos, somente cinco anos depois de Rosa ter escrito *A acumulação do capital*. Muita coisa aconteceu neste período para que se sedimentasse a percepção de que o capitalismo havia se transformado em imperialismo (*cf.*: LENIN, 2011 [1917], p. 127). E ainda assim, somente para a ala mais radical do

marxismo internacionalista, da qual tanto Lenin quanto Rosa sempre fizeram parte, uma vez que para essa percepção, conforme comentaremos à frente, contribuíram não apenas os próprios desdobramentos do fenômeno imperialismo como as atitudes das alas mais desse movimento.

Por enquanto, o que temos que reter é que, ao contrário do que sugere o procedimento usual da linha hegemônica das interpretações sobre o imperialismo que canoniza Lenin e imbeciliza Rosa, a idéia de que o imperialismo é uma fase (terminal) do capitalismo e prenúncio do socialismo, mesmo que de forma aparentemente confusa – *se tomada retrospectivamente* – já se fazia visível para Rosa em 1912⁷.

Mas diante do fato de que o conceito de imperialismo aparecia de modo “confuso” em *A acumulação do capital*, será que Rosa foi bem sucedida na sua intenção de oferecer uma “contribuição ao estudo econômico do imperialismo”?

2) REPRODUÇÃO SOCIAL TOTAL EM A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

O livro *A acumulação do capital* (LUXEMBURG, 1985) foi concebido por Rosa Luxemburg, a princípio, tanto como um instrumento de auxílio “à práxis da política imperialista atual e às raízes econômicas da mesma” quanto, principalmente, como uma contribuição *teórica* para o desenvolvimento da “economia política marxista”⁸. Levando em consideração tratar-se de uma obra *principalmente* teórica, não é de se estranhar que a própria idéia de imperialismo apareça de forma bastante indireta, uma vez que, não obstante todxs xs grandes teóricxs do marxismo estivessem empenhadxs na compreensão do problema, o *conceito* ainda não estava plenamente incorporado e assumia diversos sentidos de acordo não apenas com a pessoa que o empregava, mas também com a ocasião. Tendo isso em mente, vejamos como a autora circunscreveu o objeto de sua investigação *teórica* na tentativa de ver, sob este prisma, como ela entendia

⁷ Não nos interessa aqui sugerir que Rosa desenvolveu a teoria dela de forma acabada antes de Lenin, mesmo porque isso não nos parece adequado. Mas o que nossas pesquisas preliminares sobre o assunto nos sugerem é que bastante antes de Lenin se dar conta da necessidade de compreender o imperialismo em completa conexão com o capitalismo Rosa já vinha publicando textos relativamente avançados sobre isso, como por exemplo *Marrocos*, de 1911, quando a autora já afirmava que “Uma tempestade imperialista avançou pelo mundo capitalista. Quatro potências da Europa – França, Alemanha, Inglaterra e Espanha – estão diretamente envolvidas em uma negociação que trata, primeiro, do destino do Marrocos, e, em seguida, de diversos grandes domínios da ‘parte negra da terra’, que volta e meia foi considerada como ‘compensações’.” (LOUREIRO, 2011, p. 411) As idéias sobre a relação entre as guerras e a acumulação do capital eram uma questão candente na Internacional e ocupava todas as grandes lideranças. O que queremos ressaltar, é que enquanto Rosa já definia as guerras do período como “imperialistas”, mesmo com o eclodir da Grande Guerra, em 1914, o líder bolchevique a ela se referia, não como guerra “imperialista”, mas como “Guerra Européia” (cf: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1914/aug/x02.htm>). Ainda que os termos “imperialismo germânico” e “imperialismo russo” estivessem lá, o que nos parece, contudo, é que neste texto, de 1914, imperialismo aparece para Lenin não como uma fase do capitalismo, mas como uma política. Exatamente a postura que, posteriormente, tanto Lenin quanto Rosa viriam a combater. Tudo leva a crer que a questão que motiva a virada tanto para Lenin quanto para Rosa é a mesma: a traição da social-democracia alemã com a votação dos créditos de guerra (que Rosa acompanhou de dentro e Lenin não, por razões óbvias). Ali ficou claro para ambos – como para toda a ala radical do marxismo internacional – que era absolutamente necessário combater a tese segundo a qual o imperialismo era uma *política*. Os argumentos para a confirmação dessa hipótese, ao nosso juízo, podem ser encontrados em *Imperialismo* a partir da página 219 da edição citada e em todo o *Anticrítica* de Rosa, escrito em 1915, mas publicado somente em 1921. Em nossas pesquisas ainda em fase preliminar sobre a inflexão dessa percepção a partir dos textos de ambxs autorxs, a primeira vez que encontramos Lenin se referindo à Guerra como “imperialista” é em julho de 2015 (cf: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1915/jul/26.htm>)

⁸ Em suas próprias palavras, no prefácio, “caso eu tenha êxito na tentativa de abordar esse problema com a devida exatidão científica, quer parecer-me que este trabalho, além de apresentar um interesse puramente teórico, também adquire importância para a luta prática na qual nos empenhamos contra o imperialismo” (mesma obra, p. 3).

essa relação entre capitalismo e imperialismo – e de tabela, aproveitarmos para tentar refutar a hipótese do “subconsumismo”.

•

A primeira e essencial consideração, à qual a autora dedica o primeiro capítulo “O objeto da investigação” é a consideração sobre “a colocação marxista do problema da reprodução do capital social total”, que “constitui uma das contribuições perenes do autor à Economia Política teórica”. Mas em que consiste o problema da reprodução do capital total? A explanação de Luxemburg começa pela base. Para ela, antes de qualquer coisa, é preciso considerar que “reprodução, tomada literalmente, é simplesmente reiteração, repetição, renovação do processo de produção” e ainda que “à primeira vista, não se percebe em que se diferenciaria realmente o conceito de reprodução do conceito de produção universalmente entendido como tal, e por que motivo seria necessária aqui uma expressão nova e estranha” existe um aspecto importante que se coloca exatamente quando se considera essa *repetição*, que é, inclusive, “o pressuposto geral e fundamental de um consumo regular [e] com isso, constitui a condição prévia para a existência cultural da sociedade humana sob todas as formas históricas”. Portanto – a autora não deixa espaço para dúvida – “o conceito de reprodução inclui um aspecto histórico-cultural” – e, portanto, não pode ser reduzida à variável econômica *consumo*. Noutros termos, ainda dela, “a produção não pode ser retomada se a reprodução não pode ocorrer, se não existirem condições prévias resultantes de período produtivo anterior; ferramentas, matérias-primas e mão-de-obra” – todas, muito mais abrangentes que o tal *consumo*. (todas as citações desse trecho estão na mesma obra, p. 7)

Mas vejamos o cuidado com o qual a autora procura atingir simultaneamente duas dimensões: 1) o que toda e qualquer sociedade precisa realizar para perpetuar-se. 2) a maneira específica pela qual a sociedade capitalista dá conta da realização dessas tarefas necessárias à reprodução. Segue a autora:

Mas nos estágios mais primitivos do desenvolvimento cultural, quando o domínio da Natureza pelo homem mal se iniciava, as possibilidades dessa retomada da produção dependiam mais ou menos do acaso. Enquanto a caça e a pesca constituíam a base principal da existência social, a regularidade na repetição da produção era frequentemente interrompida por períodos de fome generalizada. A necessidade de reprodução como processo repetitivo regular expressou-se, desde muito cedo, tradicional e socialmente, em diversos povos primitivos, por meio de certas cerimônias religiosas. Assim, conforme as pesquisas em profundidade realizadas por Spencer e Gillen, o culto totêmico entre os negros do sul não seria nada mais do que a tradição cristalizada em cerimônia religiosa de determinadas medidas comuns àqueles grupos sociais. Essas medidas, que visavam a provisão e manutenção de sua alimentação animal e vegetal, eram repetidas regularmente desde tempos imemoriais. Mas é somente com a agricultura, com a domesticação de animais e com o pastoreio visando o suprimento de carne que se torna possível o ciclo regular de consumo e produção, característico da reprodução. Nesse sentido, o conceito de

reprodução significa algo mais do que a simples repetição: ele já pressupõe determinado grau de domínio da Natureza pela sociedade ou, em termos econômicos, determinado grau de produtividade do trabalho. (mesma obra, p. 7-8)

Embora os trabalhos antropológicos que estavam disponíveis em 1912 sejam hoje bastante questionáveis a partir das críticas que a Antropologia lançou a eles, nos chama a atenção, desde o princípio, o nível de preocupação de Rosa com a distinção das sociedades capitalistas com relação a outras formas sociais, em especial no que toca à *forma como elas se perpetuam ao passar das gerações*, sendo que essa *forma* é tomada em um sentido bastante amplo, que pode e deve ser analisado a partir de diversos prismas, tanto “materiais” quanto “culturais” ou “sociais”⁹. Porque para ela,

[...] em todos os estágios do desenvolvimento humano, o processo produtivo consiste na unidade de dois elementos diferentes, ainda que estreitamente interligados: as *condições técnicas* e as *condições sociais*, ou seja, a configuração específica da relação dos homens com a Natureza e a configuração das relações dos homens entre si. *A reprodução depende igualmente de ambas.* (mesma obra, p.8)

Os grifos são nossos e tem por objetivo ressaltar aos olhos de quem porventura esteja nos lendo que desde os primeiros passos a autora estabelece seu pensamento para *muito* além do que a Ciência Econômica posteriormente iria chamar de *demanda efetiva*¹⁰. Ainda sobre essa dupla relação entre o “material” e o “social”, entre as “condições técnicas de trabalho humano” e as “formas sociais de reprodução”, e contra uma visão reducionista, economicista ou “subconsumista”, a autora prossegue:

as respectivas formas sociais de produção não são menos determinantes. Em uma comunidade agrícola básica do tipo comunista, a reprodução bem como o plano econômico geral são determinados pelo conjunto dos que trabalham e por seus órgãos democráticos. A decisão sobre o reinício do trabalho, sua organização, o cuidado com os pré-requisitos necessários, como matérias-primas, ferramentas, mão-de-obra, e, finalmente, a determinação das proporções e da distribuição da reprodução são resultado da ação conjunta planejada de todos os membros pertencentes à comunidade. Em uma economia escravista ou em um feudo, a reprodução é imposta e regulada em todos os detalhes pelas relações pessoais do domínio senhorial. As proporções dessa reprodução têm seus limites traçados pela maior ou menor quantidade de mão-de-obra estranha que se encontra à disposição do centro dominante. (mesma página)

O passo fundamental, contudo, consiste em entender que “na sociedade baseada na produção capitalista, a reprodução se molda de maneira bem característica como nos mostra a simples observação de certos aspectos mais marcantes”. Isso porque, “historicamente, em qualquer outra sociedade conhecida, a

⁹ A importância que Rosa conferia à compreensão e muitas vezes à defesa das formas de vida “tradicionais” – especialmente em *Introdução à Economia Política*, infelizmente sem tradução para a língua portuguesa – é um aspecto ressaltado por Michel Löwy em *Imperialismo ocidental versus comunismo primitivo* (publicado em SCHÜTRUMPF, 2015)

¹⁰ A autora, em umas poucas ocasiões utiliza o termo, mas, ao nosso juízo, somente a partir de uma leitura extremamente limitada é possível reduzir *condições necessárias à reprodução do capital social total* da sociedade a *demanda efetiva*.

reprodução se inicia uma vez que as condições prévias seguintes o permitam: os meios de produção, e a mão-de-obra existentes” (mesma página). Desta maneira,

nas culturas primitivas, somente circunstâncias exógenas, como uma guerra devastadora ou uma grande peste, ocasionando o extermínio da população e, com isso, uma destruição em massa da mão-de-obra e dos meios de produção estocados, costumam levar a uma interrupção da reprodução, ou da retomada em diminuta proporção, durante períodos mais ou menos longos. (mesma página)

Já “na sociedade capitalista, observamos algo diferente”.

Em certos períodos, verificamos que, apesar de não se apresentarem os meios de produção materiais, bem como a mão-de-obra necessária para o início da produção, e, não obstante, existirem exigências sociais insatisfeitas de consumo, mesmo assim parte da reprodução se interrompe totalmente e parte só se efetua de forma atrofiada. Contudo, nenhuma intervenção despótica é responsável, nesse caso, pelas dificuldades do processo de produção. O início da reprodução, nesse caso, não depende somente de condições técnicas, nem simplesmente de condições sociais. Depende, sobretudo, do fato de se fabricarem tão-somente produtos cuja perspectiva de realização seja certa, isto é, que possam ser trocados por dinheiro; que não só possam ser realizados, mas que o sejam com lucro de magnitude habitual no país. O lucro como meta e fator determinante, não domina, nesse caso, tão-só e simplesmente a produção simples, mas igualmente a reprodução. Assim, preside não só o método e alvo dos respectivos processos de trabalho (bem como da distribuição referente do produto), como também estabelece a proporção e o sentido que tomará o processo de trabalho quando novamente retomado, após a conclusão de um período de trabalho anterior. (mesma obra, p. 9)

Assim, todo o raciocínio se assenta no fato de procurar identificar, de uma perspectiva “antropológica”, qual é a especificidade da sociedade capitalista no que toca a maneira pela qual ela dá conta de reproduzir-se ao longo do tempo, procurando abarcar os aspectos “puramente histórico-sociais” (mesma página) pelos quais os processos de reprodução de sociedades capitalistas apresentam uma “particularidade histórica específica” (mesma página) – o que em si mesmo reflete uma preocupação de Rosa em desdobrar uma idéia de Marx segundo a qual “se a produção tiver forma capitalista, a reprodução também terá” (citado em LUXEMBURG, 1985, p. 9).

Ao que aparece novamente a questão de que, diferentemente de sociedades despóticas ou de comunidades pequenas que organizam elas mesmas todas as condições de sobrevivência, em uma sociedade capitalista as decisões de produção se dão por meio de decisões anárquicas. Então Rosa passa a se perguntar por que mecanismos essa sociedade, a despeito dessa “anarquia”, mantém sua coesão. É notável que a autora descarte, de antemão a ilusão liberal sobre a “harmonia de interesses” e que perceba

que esse caos não pode ser senão uma aparência, conforme, hoje sabemos, se aperceberam todas as pessoas que estudaram sociedades aparentemente “sem normas” – ou seja, sem normas explícitas, declaradas e/ou registradas por escrito. Com efeito, não é possível conceber uma sociedade sem normas que a regulem e confirmem a ela determinados graus de coesão – axioma sobre o qual a Sociologia e a Antropologia encontraram durante muito tempo sua razão de ser. Sendo assim, é lógico que se coloque o problema de como essa sociedade capitalista na qual não existe uma regulamentação específica sobre a normatização das condições necessárias à organização da vida pode perpetuar-se, uma vez que as decisões necessárias para a reprodução elementar da vida nestas formas sociais – que ao nosso juízo não podem ser reduzidas “ao plano das motivações microeconômicas” – não estão voltadas às necessidades humanas, mas estão subordinadas ao *lucro*.

A primeira questão que se mostra evidente para Rosa é que essa reprodução, feita desta forma, não poderia deixar de ser um tanto errática. Assim, chega a um problema importante, que também atrai – de uma perspectiva oposta – muitos analistas da dinâmica específica de sociedades capitalistas: o problema dos ciclos e das crises. Para ela,

a alternância periódica de expansões maiores de reprodução e suas contrações até a interrupção parcial, ou o que se denomina ciclo periódico de conjuntura recessiva, auge de conjuntura e crise, é a particularidade mais marcante da reprodução capitalista. É necessário, contudo, esclarecer, de antemão, que a alternância periódica das conjunturas e das crises, mesmo constituindo aspectos essenciais da reprodução, não representa o problema real, ou seja, o problema da acumulação capitalista. A alternância conjuntural periódica e as crises constituem a forma específica do movimento no modo de produção capitalista, mas não o movimento em si. Ao contrário, para representar o problema da reprodução capitalista em sua forma pura, devemos fazer abstração dessas alternâncias conjunturais periódicas e das crises. Por estranho que possa parecer, esse é um método absolutamente racional, na verdade o único método científico utilizável para a investigação. (mesma obra, p. 10)

Para corroborar o argumento de que, embora isso pareça estranho, a abstração dos ciclos e das crises é o único método científico utilizável para a investigação sobre a acumulação do capital, Rosa se vale justamente do método de Marx n’*O capital*, que para descobrir o valor, abstraiu as variações de oferta, demanda e preço. Nas palavras de Rosa,

para expor e solucionar de forma clara o problema do valor é preciso fazer abstração das oscilações de preço. A concepção econômica vulgar tenta sempre resolver o problema do valor fazendo referência às oscilações entre a oferta e a demanda. A Economia clássica, de Smith até Marx, abordou o problema de forma inversa, afirmando que as oscilações, na relação recíproca entre a oferta e a demanda, podem somente explicar as discrepâncias dos

preços com relação ao valor, porém não podem explicar o próprio valor. Para averiguar o que é o valor da mercadoria, precisamos analisar o problema partindo do pressuposto de que a demanda e a oferta estão em equilíbrio, ou seja, que o preço e o valor das mercadorias coincidem um com o outro. O problema científico do valor começa exatamente onde cessam os efeitos da oferta e da demanda. Vale exatamente o mesmo para o problema da reprodução do capital social total. A alternância conjuntural periódica e as crises fazem com que a reprodução capitalista, como regra, oscile em torno do total das necessidades sociais solventes, ora subindo acima dessas necessidades, ora descendo abaixo delas, quase à interrupção total. Entretanto, se considerarmos um período maior de tempo, um ciclo completo com as respectivas alternâncias conjunturais, contrabalançam-se os períodos exponenciais da conjuntura e as crises, ou seja, os momentos de superexpansão da reprodução e os da depressão e interrupção. Daí obtermos como média do ciclo em seu conjunto uma grandeza média da reprodução. Essa média não é somente um conceito teórico, mas constitui também um fato real e objetivo. Pois, apesar dos altos e baixos conjunturais, apesar das crises, as necessidades sociais são, bem ou mal, satisfeitas; a reprodução segue adiante em sua marcha complicada e as forças de produção se desenvolvem sempre mais. Como então pode isso ocorrer, se desconsiderarmos as crises e alternâncias de conjuntura? Aqui começa o problema propriamente dito. A tentativa de resolver o problema da reprodução a partir da periodicidade das crises é, no fundo, tão próprio da Economia vulgar quanto a tentativa de resolver o problema do valor a partir das oscilações entre oferta e demanda. (mesma obra, páginas 10 e 11) ¹¹.

O problema, para ela, se coloca da seguinte forma: “como surgirá, então, a partir desses incontáveis movimentos desvinculados uns dos outros, uma produção total efetiva?” (mesma obra, p. 11) ¹². Como incorporar a essa reflexão o fato de que “os produtores privados não são simplesmente produtores simples de mercadorias, mas produtores *capitalistas*”? Pela consideração do fato de que “a produção total da sociedade não é nenhuma produção voltada simplesmente para a satisfação das necessidades de consumo, nem tampouco se trata de simples produção mercantil, mas sim de produção *capitalista*” (mesma página) na qual “a mais-valia é a meta final e mola propulsora” (mesma página) e “a fabricação de mercadorias não é o objetivo do produtor capitalista; é apenas um meio para a apropriação de mais-valia” (mesma obra, p.12) . Isso implica em que “enquanto se apresentar sob a forma de mercadoria, a mais-valia será inútil para o capitalista” porque “depois de produzida, ela precisa ser realizada ou transformada em sua forma pura de valor, ou seja, em dinheiro” (mesma página) ¹³. Até então não parece haver espaço para as

¹¹ Não é de se espantar, portanto, que paradigmas que se sustentam na análise de ciclos e crises precisem rejeitar a explicação luxemburguista com veemência.

¹² Não podemos perder de mente que, embora a linguagem aqui se expresse em termos que a ciência econômica sequestrou para si, o problema de Rosa não é em si mesmo “econômico”, mas um problema, como o próprio nome diz, de “reprodução *social*”.

¹³ A autora acrescenta em nota da página 12 que “nessa exposição, consideramos a mais-valia idêntica ao lucro, o que é verdadeiro para a produção total, da qual aqui trataremos exclusivamente. Desconsideramos a divisão da mais-valia em seus componentes, lucro de empresa, juros de capital e renda fundiária, já que para o problema da reprodução, essa divisão não tem, por ora, maior significado”.

polêmicas. Mas por enquanto ainda estamos no terreno de como essa sociedade iria se *manter*, ou seja, de simplesmente se reproduzir. São os passos iniciais do raciocínio, que se pretende, como podemos perceber, a pegar o problema pela raiz.

O problema começa, precisamente, quando se procura entender a *expansão*, ou seja, a reprodução *ampliada*, ou a *acumulação*, que é a questão que Rosa está procurando entender. E aí reside uma questão importante, porque

essa transformação do capital, partindo da forma original, em meios inanimados e animados de produção (isto é, em matérias-primas, instrumentos e mão-de-obra), transformação que representa o ponto de partida de toda e qualquer produção capitalista; essa conversão dos primeiros em mercadorias por meio de um processo vivo de trabalho e novamente em dinheiro mediante um processo de trocas, precisamente em mais dinheiro do que o existente no início do processo, essa rotação do capital não é necessária apenas para a produção e apropriação da mais-valia. O objetivo e mola propulsora da produção capitalista não é simplesmente a mais-valia, em qualquer quantidade, em uma única apropriação, mas a obtenção ilimitada de mais-valia, em um crescimento incessante, em quantidades sempre maiores. [Segundo a explicação “tradicional”] Isso só pode ser alcançado pelo mesmo recurso mágico: pela produção capitalista, isto é, mediante a apropriação de trabalho assalariado não-pago em meio ao processo de fabricação de mercadorias e mediante a realização dessas mercadorias assim produzidas. Com isso, produção sempre reiniciada, a reprodução como fenômeno regular adquire na sociedade capitalista motivação totalmente nova e desconhecida em qualquer outra forma de produção. (mesma página)

Noutros termos, Rosa afirma que, com efeito, “nem a reprodução ampliada nem a reprodução simples são exclusividade das sociedades capitalistas” (mesma obra, páginas 14 e 5). O que constitui, de fato uma “inovação” capitalista é que independentemente de qualquer necessidade social, a “realização efetiva das mercadorias fabricadas no período anterior de produção é a condição primeira da reprodução para os produtores capitalistas” (mesma obra, p. 13).

Deste modo, “a reprodução ampliada, no sentido capitalista, expressa-se, portanto, especificamente como crescimento do capital por meio da capitalização progressiva da mais-valia, ou, na expressão de Marx, como *acumulação de capital*.” (mesma obra, p. 15). A questão que chama a atenção de Rosa aqui é que, para além da questão formal, é preciso que se considere que existem “condições concretas necessárias para a acumulação do capital” (mesma página). Aqui, mais uma vez – dada a barafunda historiográfica que se sustenta nessa hipótese de leitura – é preciso demarcar que “as condições concretas necessárias para a acumulação do capital” por maior que seja o esforço cientificista, somente podem ser reduzidas a conceitos da ciência econômica com uma dificuldade gigantesca; mas por certo não podem em *nenhuma* hipótese ser reduzidas na categoria *consumo*. Iremos grifar, a título de ênfase:

Depois de a mais-valia apropriada abandonar finalmente a forma de mercadoria, revestida no mercado, ela se apresenta sob a forma de determinada soma de dinheiro. Dessa maneira, assume a forma absoluta do valor, sob a qual pode iniciar sua carreira como capital. Mas, sob essa forma, ela também se encontra apenas no limiar de sua carreira. Com dinheiro não se consegue criar nenhuma mais-valia. Para que a parte da mais-valia se destine à acumulação e seja realmente capitalizada, é preciso, em primeiro lugar, que assuma a *forma concreta* que lhe permita viabilizar-se como capital produtivo, isto é, como capital gerador de nova mais-valia. [...] Mas para tal não basta a simples vontade do acumulador capitalista, nem tampouco sua ‘parcimônia’ e ‘abstinência’, destinando a maior parte de sua mais-valia à produção, em vez de desperdiçá-la com luxos pessoais. *Para que sua mais-valia se capitalize, é necessário que ele encontre no mercado as formas concretas que pretende dar a seu capital acrescido.* Primeiro, precisa dos *meios materiais de produção – matérias-primas, máquinas etc.* – para dar forma produtiva a sua fração de capital constante, recursos que são necessários ao tipo de produção planejado e escolhido por ele. Em segundo lugar, *é preciso ainda que a fração de capital destinada a converter-se em capital variável possa empreender também a respectiva transformação.* Para tal, antes de tudo, duas coisas são necessárias: que se encontre no mercado de trabalho a *mão-de-obra adicional* em quantidade suficiente de acordo com as necessidades do novo capital acrescido; além disso, já que os trabalhadores não podem viver de dinheiro, que no mercado também se encontrem os *meios adicionais de consumo pessoal passíveis de troca* pela fração do capital variável que os novos trabalhadores receberão do capitalista. Dadas todas essas pré-condições, pode, então, o capitalista movimentar sua mais-valia capitalizada, deixar que ela, como capital em processo, produza nova mais-valia. Com isso, no entanto, o problema ainda não se encontra resolvido em definitivo. [...] Para que o novo capital preencha sua razão de ser, é necessário que, com a mais-valia produzida, abandone a forma de mercadoria e retorne às mãos do capitalista sob a forma pura de valor, isto é, de *dinheiro*. Caso isso não ocorra, perdem-se totalmente, ou em parte, o novo capital e a nova mais-valia; a capitalização da mais-valia fracassa e a acumulação não se efetiva. Para que a acumulação se concretize é imprescindível que a massa adicional de mercadorias, produzida pelo novo capital, conquiste para si um lugar no mercado, a fim de poder realizar-se. (mesma obra, p. 15-6)

A essa necessidade de realização da mercadoria, *procurando ilustrar toda a sua dificuldade*, Marx dera o nome de “salto mortal”. Lembrando que a questão para Rosa está colocada não apenas na perspectiva do capitalista individual em busca de lucro, mas da sociedade que procura se perpetuar ao longo das gerações oferecendo – ainda que de modo insuficiente – comida, vestimentas e demais víveres para ficarmos apenas na subsistência e deixando pra outra hora questões fundamentais que se referem aos

“bens culturais” – o problema da reprodução – que se confunde agora com a acumulação do capital, ou seja, a reprodução *em condições capitalistas* e está subordinada aos imperativos do lucro – a situação assume ares *muito* mais graves.

Como em qualquer outra forma de sociedade, as decisões sobre a produção e a reprodução (“simples” e “ampliada”) da sociedade se referem à própria sobrevivência da sociedade *sob sua forma específica*. Tomada essa questão da perspectiva do longo prazo, por uma questão de lógica, dado que essa sociedade está se reproduzindo a despeito da identificação de qualquer mecanismo de coesão, torna-se concebível que, a despeito das (in) consciências individuais dos agentes sobre elas, existam normas que funcionam sobre essa reprodução cientificamente passíveis de serem desveladas¹⁴. E foi aí que a questão da *reprodução social total* se mostrou imprescindível, a despeito de qualquer desejo ou atuação individual. Nas palavras de nossa autora,

assim, a produção e a reprodução capitalistas se desenrolam continuamente entre o lugar de produção e o mercado de produtos, entre as fábricas e escritórios privados (onde é ‘estritamente proibida a entrada de estranhos’ e onde a vontade soberana do capitalista individual é a lei máxima) e o mercado, onde ninguém dita as leis e não se fazem valer nem a vontade, nem a razão. Mas são exatamente a arbitrariedade e a anarquia dominantes no mercado que fazem o capitalista individual sentir sua dependência com relação à sociedade, sua dependência com relação ao conjunto dos elementos produtores e consumidores. Para ampliar sua reprodução, ele necessita de meios de produção e mão-de-obra adicionais, além de meios de subsistência destinados à mão-de-obra; porém a existência desses fatores depende de aspectos, de circunstâncias e de processos que se consomem atrás de suas costas, totalmente independentes dele. Para poder realizar sua massa aumentada de produtos, o capitalista necessita de um mercado mais amplo. Mas uma ampliação efetiva da demanda em geral, especialmente de uma que se refira ao gênero de produto que ele fabrica, constitui um problema que ele é totalmente incapaz de resolver. (mesa obra, páginas 16 e 17)

Assim, “as condições enumeradas, que exprimem todas elas a contradição interna existente entre a produção privada e o consumo, de um lado, e o nexos social de ambos, de outro, não são aspectos novos que apenas surgem no momento da reprodução. São contradições gerais da produção capitalista” (mesma página).

•

Procuramos até aqui apresentar a maneira como a autora circunscreve o “objeto da investigação” – que corresponde ao seu primeiro capítulo – no qual apresenta a importância da assunção de uma perspectiva para além dos indivíduos que se ocupa com os problemas das peculiaridades da “reprodução

¹⁴ No caso da sociedade capitalista, toda a tradição da Economia Política – neste caso específico, mas também, sob outros assuntos, as outras disciplinas do que se convencionou chamar de Ciências Sociais – vinha procurando apreender essas “normas ocultas”, que funcionam sob a aparência de caos que aparece quando se analisa a sociedade sob o ponto de vista dos indivíduos.

social total” em sociedades capitalistas, ou seja, de como os imperativos (capitalistas) que atuam sobre as decisões de produção (capitalista) estão condicionados ao mesmo tempo em que atuam sobre as condições de perpetuação daquela forma social (capitalista). Depois de apresentar o “objeto da investigação”, *A acumulação do capital* se desdobra em três momentos principais¹⁵: Seção I, sobre “O Problema da Reprodução” (em que aparecem as massacradas críticas aos esquemas marxistas da reprodução simples e ampliada); Seção II, com “A Exposição Histórica do Problema” (em que desenvolve a reconstituição crítica cuidadosa da forma como o problema apareceu para Economistas Políticos); e Seção III: “As Condições Históricas da Acumulação” (na qual estabelece os traços fundamentais de sua explicação sobre a necessidade de expansão do capital e o imperialismo e na qual oferece suas “mais brilhantes intuições”).

Não nos debruçaremos sobre a importante questão sobre as críticas de Rosa ao pressuposto de Marx no que toca seus esquemas de reprodução – que discutimos em nossa dissertação de mestrado – mas tem uma questão que é importante indicarmos por hora. *A partir da análise histórica concreta*, por conta de o imperativo principal do capital ser a valorização *crecente e incessante*, Rosa considera que é preciso conceber o capitalismo como um modo de produção em necessária *expansão*. Até aí, tudo bem, é consensual. A questão toda *começa* no ponto de determinar *como* o modo de produção capitalista irá se expandir.

A maneira como ela expôs – que pode ser acompanhada pela forma como organiza o livro – é a partir da história de como o problema da acumulação foi trabalhado pelos mais diversos autores da Economia Política, e por Marx. É por este procedimento específico, ou, bem dizendo, por conclusões que ela tira daí, que grande parte das críticas contra ela se posicionam. Assim, muitas pessoas consideram que ela deveria ter procedido de outra maneira. Discordamos, por três motivos principais, que se relacionam entre si. O primeiro, é que, sendo um livro que surgiu – como a autora o expõe no prefácio – a partir dos cursos sobre História Econômica e Economia Política, tornou-se fundamental para a Professora Rosa Luxemburg apresentar o que ela considerava uma crítica importante tanto à teoria marxista quanto à práxis da luta anti-imperialista. O segundo motivo – que aprendemos a partir da hipótese de leitura de Lukács, mas que não temos como expor com o rigor necessário aqui – é que somente assim ela consegue apresentar o problema em toda a sua potência e, na verdade, não há outro modo de proceder a partir do método marxista¹⁶. Por fim o terceiro, que é o mais importante: independentemente de como ela poderia ter feito,

¹⁵ Que o trabalho do Leandro procura discutir de modo mais minucioso.

¹⁶ A título de registro, reproduzimos o argumento: “Seja qual for o tema em discussão, o método dialético trata sempre do mesmo problema: o conhecimento da totalidade do processo histórico. Sendo assim, os problemas 'ideológicos' e 'econômicos' perdem para ele sua estranheza mútua e inflexível e se confundem um com o outro. A história de um determinado problema torna-se efetivamente uma história dos problemas. A expressão literária ou científica de um problema aparece como expressão de uma totalidade social, como expressão de suas possibilidades, de seus limites e de seus problemas. O estudo histórico-literário do problema acaba sendo o mais apto a exprimir a problemática do processo histórico. A história da filosofia torna-se filosofia da história.” Lukács lembra que Marx criticava Proudhon, dentre outras coisas, pelo fato de que este separava o “lado ruim” e “lado bom” da evolução capitalista. O que Rosa explica é que “reconhecer a questão da acumulação significa reconhecer que esse ‘lado ruim’ está inseparavelmente ligado à essência mais íntima do capitalismo. Significa, por conseguinte, que o imperialismo, a guerra e a revolução mundiais devem ser entendidas como necessidades da evolução. Contudo, como se sublinhou, isso contradiz o interesse imediato daquelas camadas que tiveram nos marxistas do centro seus porta-vozes ideológicos, camadas

nos parece que a partir da maneira como encarmos os debates que se seguiram a partir do modo como ela efetivamente escreveu seu livro – como ela mesma discute no *Anticrítica* (publicado em LUXEMBURG, 1985) – podemos compreender tanto as questões que motivaram politicamente seus detratores quanto as mudanças históricas concretas que se deram justamente naquele período que – hoje sabemos – antecedeu a Grande Guerra. O que nos importa anotar aqui é que essas diferentes interpretações sobre a questão, por seu turno, pela maneira como ela vincula inequivocamente o imperialismo e a reprodução “normal” do capital, implicam em estratégias distintas, ainda em nossos dias.

Mas há um ponto que nos interessa mis imediatamente, e que se apreende do que vimos expondo: a crítica que Rosa Luxemburgo estabelece em *A acumulação do capital*, com efeito, tem *duas* frentes. A primeira delas é a constatação *histórica e concreta* de que o capital *tem se expandido* “aumentando sua base”, ou seja, destruindo formas de vida pautadas em outros imperativos de duas maneiras (alternativas ou relativamente concomitantes): 1) pelos genocídios da população local e pilhagem pura e simples de recursos naturais e da mão-de-obra forçada (escravidão, por exemplo); e 2) pela imposição das relações capitalistas por meio da destruição das bases nas quais aquelas sociedades baseavam sua socialidade autarquicamente. Deste modo, Rosa conclui que *histórica e concretamente, independentemente de qualquer elaboração teórica*, o capitalismo até o seu tempo *somente* se expandiu em relação a formas não-capitalistas porque “na realidade, não existe, nem existiu jamais, nenhuma sociedade capitalista que estivesse submetida ao domínio exclusivo da produção capitalista” (mesma obra, p. 239). Saber se essa é a única forma possível de existência do capital é que são elas.

É procurando este sentido que Rosa estabelece a segunda frente de sua crítica. Para procurar resolver essa questão teórica – que tinha implicações práticas na agenda política mais urgente do período [e ainda tem hoje] – Rosa busca auxílio nas teorias que Marx havia formulado em *O capital*. E é aí que, segundo ela – no prefácio – se deparou com uma “dificuldade inesperada”. Examinando cuidadosamente a questão – tudo isso segundo ela própria, no texto – se deu conta de que a forma como Marx lidou com o problema da acumulação do capital e da expansão do capitalismo *nos fragmentados cadernos de rascunhos* que Engels transformou no livro II de *O capital* não poderia responder a questões que se faziam, então, fundamentais – e que não necessariamente haviam chamado a atenção de Marx quando ele escreveu, mesmo porque o capitalismo se expandira muito nos anos que separam seus textos e os dela¹⁷. Em alguma

que desejam um capitalismo altamente desenvolvido, sem 'excecências' imperialistas, uma produção 'bem regrada', sem as 'perturbações' da guerra etc. 'Essa concepção', diz Rosa Luxemburg, 'visa persuadir a burguesia de que o imperialismo e o militarismo seriam prejudiciais do ponto de vista dos seus próprios interesses capitalistas. Espera-se, com isso, poder isolar o punhado de aproveitadores, por assim dizer, desse imperialismo e formar um bloco com o proletariado e as largas camadas da burguesia para 'atenuar' o imperialismo, [...] para 'retirar dele o seu espinho'. Do mesmo modo como, na época de sua decadência, o liberalismo transferiu seu apelo da monarquia mal-informada àquela que precisava de mais informação, o 'centro-marxista' transfere seu apelo da burguesia mal-aconselhada à burguesia que precisa ser instruída." (LUKÁCS, obra citada, p. 121)

¹⁷ É importante notar que, diferentemente de grande parte da argumentação contemporânea sobre o imperialismo em nossos dias, Rosa não conclui que *porque* o capitalismo havia mudado *automaticamente* as teses de Marx não ofereciam as respostas de que ela precisava. Do contrário, para entender os problemas contemporâneos, ela procurou auxílio nos textos “clássicos” esperando lá encontrar as respostas. Somente diante da constatação de que a maneira como aqueles textos foram formulados não daria conta das exigências que ela tinha é que se

medida, Rosa encontrou suporte no fato de que o próprio Marx considerava aquele material ainda muito preliminar, que deveria servir de base para o volume II que ele *viria* a escrever – mas nunca o fez, como sabemos. Em suas próprias palavras, confidenciadas à filha Leonor pouco antes de morrer, Marx dizia que “esse é o material destinado ao Livro Segundo; com esse material eu deveria fazer alguma coisa” (citado em LUXEMBURG, 1985, p. 103)¹⁸. Nas palavras de Rosa, a

Seção III, que trata da reprodução do capital total, só apresenta uma coleção de fragmentos, que pareciam ‘necessitar de uma reelaboração urgente’, segundo o próprio Marx. O último capítulo dessa seção, o capítulo XXI, que se refere ao que nos interessa, à acumulação e à reprodução ampliada, é o que ficou mais incompleto de todo o livro. Ele abrange tudo em apenas 35 páginas impressas, sendo interrompido em meio à análise (mesma obra, páginas 103 e 104).

Diante de todas essas considerações, Rosa se sentiu amplamente legitimada para reelaborar o problema, e somente a partir de uma visão completamente cega e canônica dos rascunhos – que o próprio autor não considerava suficientemente bons – se pode atacá-la pela iniciativa em si mesma. A crítica àqueles rascunhos não era somente possível quanto, mais ainda, *necessárias*. Quanto às conclusões tiradas pela autora, evidentemente, há que se analisar o que ela conseguiu explicar, e quais os seus problemas.



Em síntese, Quanto à primeira frente da crítica de Rosa (baseada na observação do fato de que historicamente o capitalismo sempre se expandiu sobre formas sociais não-capitalistas), não havia então muito o que se refutar. No princípio do século XX era consensual que ainda existiam muitos lugares no mundo que não podiam ser considerados “capitalistas” e a disputa por colônias era uma questão absolutamente central na política internacional. Mas como hoje a questão se mostra distinta, e há quem diga que a teoria de Rosa sobre o imperialismo não serve mais para analisa-lo porque, para essas pessoas, já vivemos em um mundo inteiramente capitalista, valeria a pena expor o argumento com mais detalhes¹⁹.

viu na necessidade de reelaborar o problema, o que exigiu uma crítica cuidadosa e um livro inteiro para demonstrar “cientificamente” seu ponto de vista. O contraste com a bibliografia contemporânea sobre o imperialismo é gritante. O procedimento mais comum em nossos tempos é a argumentação de que *porque* o imperialismo mudou aquelas teorias já não servem mais; ao que esses autorxs contemporâneos não se dão ao trabalho de expor a crítica cuidadosamente, se limitando a julgamentos sumários e passando por cima de diversas nuances daquele debate. Assim, não é de se espantar que geralmente apresentem como “novidades” argumentos que, com efeito, já estavam postos um século atrás. Evidentemente não pode existir qualquer objeção a quem tentar construir um arcabouço argumentativo novo a partir de questões novas. Mas o método para a formulação dessas idéias “novas” não pode consistir na crítica aos textos anteriores a não ser que seja demonstrado em que, *exatamente*, aqueles textos não dão conta dos desafios “novos”. Do mais a “crítica” é pura leviandade.

¹⁸ Nas palavras de Engels no Prefácio à segunda edição, temos que “esse manuscrito é apenas uma análise prévia do objeto, análise em que sobretudo se pretendia determinar e desenvolver, em relação ao Manuscrito II, os novos pontos de vista adquiridos, deixando de lado aqueles sobre os quais não havia nada de novo a dizer. Parte apreciável do capítulo XVIII da Seção II, extensiva de certa maneira à Seção III, também é novamente incluída e ampliada. A sequência lógica é várias vezes interrompida; o tratamento apresenta lacunas em algumas partes, e o final em particular, é totalmente fragmentário. Mas o que Marx quis dizer aí se encontra dito de uma ou de outra maneira.” (citado em LUXEMBURG, 1985, p. 103)

¹⁹ Comentando Rosa – em dois parágrafos – e distorcendo substancialmente os argumentos, Ellen Wood julga que “esses relatos foram profundamente esclarecedores com relação à época em que foram escritos; e até hoje não se demonstrou que eles estavam errados ao presumir que o capitalismo não seria capaz de universalizar seus sucessos e a prosperidade das economias mais avançadas, nem que as potências capitalistas mais importantes sempre dependeriam a exploração das economias subordinadas. Mas ainda não vimos uma teoria sistemática do imperialismo criada para um mundo em que as relações internacionais sejam internas ao capitalismo e governadas por imperativos capitalistas.

Mas para que não percamos muito tempo, podemos ir direto ao ponto. *Do ponto de vista dos Estados-nação* – o que em termos do materialismo histórico já é integralmente despropositado – talvez seja possível dizer que cada um deles está submetido aos imperativos capitalistas. Mas se pensarmos, por exemplo, a partir de uma perspectiva “regional” – que não nos parece condizente tampouco com o materialismo histórico – nos parece muito óbvio que muitos territórios ainda não foram “integrados”. E este argumento já refutaria a hipótese de que a teoria luxemburguista sobre o imperialismo caducou *porque* o capitalismo teria eliminado todas as outras formas de vida²⁰. Do ponto de vista “ambiental”, por outro lado, a exploração extraterrestre – uma fronteira “geográfica” que atrai a cada dia mais dinheiro – cresce exorbitantemente. Já é um “jogo jogado” por *todas* as potências e por diversos grandes grupos econômicos. Ao mesmo tempo, “aqui na Terra”, imensas regiões estão em franco processo de (re) colonização²¹.

Mas tudo isso ainda desconsideraria que, para Rosa, essas expressões são incompletas e parciais, porque, como ela deixa completamente claro em *A acumulação do capital*, a questão não é de “espaço”. Segundo Rosa, inclusive, essa é a maneira pela qual a Economia Política *não* conseguiu resolver o problema. Em suas palavras:

a solução do problema, em torno do qual gira a controvérsia da Economia Política há mais de um século, encontra-se, portanto, entre dois extremos: entre o ceticismo pequeno-burguês de Sismondi, Von Kirschmann, Vorontsov e Nikolai-on, que definiam a acumulação como algo impossível, e o otimismo rudimentar de Ricardo, Say e Tugan-Baranovski, para os quais o capital poderia prosperar ilimitadamente – o que significa dizer, como consequência lógica, que o capitalismo é eterno. Segundo a doutrina marxista, a solução encontra-se na contradição dialética do movimento de acumulação capitalista, que exige um meio ambiente de formações sociais não-capitalistas; essa acumulação se faz acompanhar de um intercâmbio material constante com as mesmas e só se processa enquanto dispõe deste meio. *A partir daí podem ser revisados os conceitos de mercado interno e externo*, que tiveram papel exponencial na polêmica em torno do problema teórico da acumulação. *O mercado interno e o mercado externo desempenham, sem dúvida, papel importante e inconfundível na evolução do desenvolvimento capitalista, não como conceitos de Geografia Política, mas como conceitos de Economia Social*. Do ponto de vista da produção capitalista o mercado interno é mercado capitalista, uma vez que essa produção é consumidora de seus próprios produtos e fonte geradora de seus próprios elementos de produção. Mercado externo é para o capital o meio social não-capitalista que

Isso, ao menos em partes, é porque um mundo de capitalismo mais ou menos universal, em que os imperativos desse sistema sejam um instrumento universal de dominação imperial, é um desenvolvimento muito recente.” (WOOD, 2014, p. 99)

²⁰ Neste ponto, nos parece que o livro de Harvey sobre o “novo” imperialismo é particularmente feliz em demonstrar que ainda existe muitas formas “não-capitalistas” de apropriação.

²¹ Sobre o patrocínio a iniciativas privadas de exploração da Lua (feito pela empresa Google): <http://lunar.xprize.org/>, especificamente <http://lunar.xprize.org/about/overview>. Para um breve ilustrativo – desatualizado, mas didático – de diversas agências espaciais estatais: <http://www.terra.com.br/noticias/ciencia/infograficos/mapa-espacial/>. Sobre a (re) colonização, num bom compilado de notícias: <http://diplo.org.br/+Recolonizacao-da-Africa-+>.

absorve seus produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho. *Do ponto de vista econômico, a Alemanha e a Inglaterra constituem, em sua troca recíproca, uma para a outra, mercados capitalistas internos, enquanto as trocas entre as indústrias alemãs e seus consumidores e produtores camponeses alemães representam, para o capital alemão, relações de mercado externo.* [...] No intercâmbio capitalista interno pode-se, no melhor dos casos, realizar apenas partes determinadas do produto social total: o capital constante utilizado, o capital variável e a parte consumida da mais-valia. Em contrapartida, a parte da mais-valia que é destinada à capitalização tem de ser realizada “externamente”. Apesar de a capitalização da mais-valia ser o objeto específico e a mola propulsora da produção, a renovação dos capitais constante e variável (assim como da parte consumível da mais-valia) constitui, por outro lado, a base ampla e pré-condição da produção. E se com o desenvolvimento internacional do capital a capitalização da mais-valia se torna a cada instante mais urgente e precária, de modo absoluto enquanto massa, bem como em relação à mais-valia, essa base de capital constante e variável, por sua vez, também se torna cada vez maior. Daí o fato contraditório de os antigos países capitalistas representarem, um para o outro, mercados cada vez maiores e imprescindíveis, e se digladiarem ao mesmo tempo mais intempestivamente na qualidade de concorrentes em função de suas relações com os países não-capitalistas – são típicas, nesse sentido, as relações entre Alemanha e Inglaterra. As condições de capitalização da mais-valia e as condições de renovação do capital total cada vez mais entram em contradição (mesma obra, páginas 251 e 252).

Do ponto de vista da imensa quantidade de pessoas que ainda não foi “integrada ao mercado” é gritante que o capital ainda tem *muito* campo para o qual ele pode avançar – e isso não implica em promessas de melhorias, ou de “desenvolvimento”, mas de catástrofes e de violências, como nos ensina muito bem a perspectiva resolutamente anticapitalista de Luxemburg.

Já a segunda frente crítica de Rosa (que se dirige à forma como Marx lidou com o problema da acumulação do capital) é uma questão bastante mais controversa. Primeiro, e mais desinteressante, é porque se tratava da crítica de um texto canonizado. Existe esse elemento na crítica a ela. Mas ele é bem menos importante e não merece nossa atenção. O que de fato interessa é que, diferentemente do ponto sobre o fato de que capitalismo até então havia se expandido com a incorporação de formas sociais “não-capitalistas” – que é uma mera observação histórica objetiva inegável – a crítica aos esquemas, para Rosa, levava à conclusão *lógica* de que o capitalismo *nunca* poderá se expandir – ou seja, nunca poderá haver acumulação de capital social total – sem a destruição de novas formas sociais e, portanto, é impossível conceber que o capitalismo possa se desenvolver *sem a ocorrência de guerras imperialistas* – e como a questão não era de “Geografia Política”, mas de “Economia Social”, não é possível um capitalismo

pacífico nem “externa” e nem “internamente”. Era *essa* a conclusão que a social-democracia não poderia mais aceitar e é essa a razão da violência dos ataques que *A acumulação do capital* recebeu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho não pudemos dedicar a atenção que merece o problema da segunda investida contra Rosa Luxemburg, durante a década de 1920, personificada no caso específico de *A acumulação do capital* pela crítica supostamente arrasadora de Bukharin. Contentamo-nos, por hora, com a apresentação da relação entre capitalismo e imperialismo em *A acumulação do capital*. Não pudemos também senão enunciar a significativa mudança ocorrida na perspectiva de nossa autora no *Anticrítica* (escrita em 1915, publicada apenas postumamente), quando a questão do vínculo necessário entre o imperialismo e o capitalismo a levou – junto com outras lideranças da Internacional, como Lenin – a perceber que era absolutamente urgente denunciar que o imperialismo constituía um *período* do capitalismo.

Do que podemos concluir até onde nossas pesquisas por enquanto nos levaram, contudo, ainda no *Anticrítica* Rosa não conseguiu resolver a contento o problema de como o imperialismo pode ser ao mesmo tempo uma característica perene e uma questão específica da fase última do capital (prenúncio do socialismo). Mas a leitura de *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, de Lenin, partindo de uma duvidosa interpretação segundo a qual em algum momento o capitalismo teria sido “menos monopólico” e “mais concorrencial”, tampouco se atém à questão colocada por Rosa: como o capitalismo necessariamente se expande destruindo formas de vida distintas e como *a reprodução do capital é genética e integralmente pautada pela violência, desde o seu primeiro até o seu último dia*.

Não deixa de ser tentador conjecturar se, procedendo da maneira como principia, partindo das questões mais simples e gerais (todas as sociedades) para as questões mais complexas e específicas (ao capitalismo) com todas as dificuldades seria possível que Rosa alcançasse as mesmas questões pelas quais é valorizada na historiografia sobre o imperialismo sem passar pela crítica dos esquemas de reprodução de Marx – o que é logicamente possível, ainda que contra-factual. Mas preferimos descartar essa hipótese, assim como descartamos a idéia de que, errando do começo ao fim ainda assim Rosa oferece intuições geniais – a tese da bruxaria.

Parece-nos muito mais razoável supor que ela não fosse assim tão “genial” e “trapalhona”, mas uma pesquisadora extremamente séria e competente, como, aliás, era considerada por seus contemporâneos, desde a população proletária menos estudada até os altos escalões da social-democracia internacional que a tinham por uma delegada entre as mais destacadas; passando evidentemente pelo SPD que ofereceu a ela o

prestigiado cargo de professora de Economia Política e História Econômica na Escola do Partido e como redatora e editora de importantes jornais; sem deixarmos de mencionar o reconhecimento que tinha entre estudantes e a atenção que despertava constantemente entre os aparelhos da repressão, atenção essa que a levou diversas vezes para a prisão antes de ser assassinada brutalmente *como estratégia de ataque contra as organizações da classe trabalhadora*. Para nós cumpre destacar que essa senhora que a historiografia trata geralmente com certo desdém e raras vezes é tomada para além dos “equivocos” e das “intuições” figurava certamente entre as intelectuais mais importantes de sua época e a autoridade que tinha sobre os assuntos do marxismo em geral e da “economia” em particular – a despeito de divergências por ela ser “excessivamente radical” – era reconhecida unanimemente.

Com esse trabalho esperamos contribuir para que a leitura de seus trabalhos ultrapasse a questão do “subconsumismo” e da “política imperialista” e recupere os vínculos que ela procurou traçar entre a acumulação de capital e as impossibilidades que esta violentamente impõe à vida dos seres humanos senão em meio a catástrofes e guerras – mesmo em seu estado “normal”.

REFERÊNCIAS

- CALLINICOS, Alex. *Imperialism and Global Political Economy*. Cambridge/Maiden: Polity Press, 2009.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- LENIN, Vladimir I. *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo* (e-book). Campinas: FE/Unicamp (Navegando Publicações), 2011
- LENIN, Vladimir I. *The European War and International Socialism* [1914]. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1914/aug/x02.htm>, acessado em 12 de julho de 2015 às 11h28min.
- LENIN, Vladimir I. *The Defeat of One's Own Government in the Imperialist War* [1915], Disponível em <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1915/jul/26.htm>, acessado em 12 de julho de 2015 às 11h29min.
- LOUREIRO, Isabel (org.). *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos: volume I*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- LOUREIRO, Isabel (org.). *Rosa Luxemburgo: cartas: volume III*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- LUKÁCS, György. Rosa Luxemburgo como marxista, em *História e Consciência de Classe – estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUXEMBURG, Rosa, 1985. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica*. 2ª ed. São Paulo, Nova Cultural (Os economistas): 1985.
- SCHÜTRUMPF, Jörn. (org.) *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade*. 2ª edição ampliada. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.
- WOOD, Ellen M. *O Império do Capital*. São Paulo: Boitempo editorial: 2014.